

O racismo estrutural refletido no sistema socioeducativo do Distrito Federal e o papel da Defensoria Pública

Structural racism reflected in the socio-educational system of the Federal District and the role of the Public Defense service

Mariama Rezende Mendonça*

Resumo: Este estudo buscou analisar os determinantes de raça e classe na formação da população de jovens e adolescentes que passam pelo sistema socioeducativo do Distrito Federal. Para tanto, utilizou-se, como metodologia, o método qualitativo, ao realizar análise dos dados disponibilizados tanto nacionalmente quanto a nível distrital, bem como os dados internos do Núcleo de Assistência Jurídica em Execução de Medidas Socioeducativas da Defensoria Pública do Distrito Federal. Após, realizou-se análise tendo como base a concepção estrutural de racismo, principalmente em Silvio Almeida. Foi possível observar que, assim como no resto do Brasil, também o Distrito Federal pune majoritariamente jovens negros, periféricos e com vulnerabilidades extremas que são determinantes para o cometimento de uma maioria de atos infracionais relacionada a obtenção de renda. A Defensoria Pública é a principal responsável pela defesa e acompanhamento diário destes jovens, lidando diretamente com eles e suas famílias. Como se trata do reflexo de um problema estrutural, a punição de indivíduos não é capaz de modificar os fatores que levarão outros jovens com o mesmo perfil a continuarem inseridos ou entrarem no contexto infracional. O trabalho realizado tem o condão de se somar aos diversos estudos a fim de inspirar políticas públicas focadas em retirar jovens negros e periféricos do contexto de vulnerabilidade, atuando preventivamente ao cometimento de novos atos infracionais, e de contribuir para a qualidade da assistência jurídica ofertada a estes jovens.

Palavras-chave: racismo estrutural, sistema socioeducativo, defensoria pública.

Abstract: This study sought to analyze the determinants of race and class in the formation of the population of young people and adolescents who experience the socio-educational system of the Federal District in Brazil. For this purpose, the qualitative method was the research method of choice, while analyzing the data available both nationally and at the district level and checking internal data from the Legal Assistance Center in the department of Execution of Social-Educational Measures of the Federal District Public Defender's Service. Afterward, this work discussed the concept of structural racism, mainly based on Silvio Almeida's literature. With this information, it was possible to observe that, as in the other territories of Brazil, the Federal District Judiciary System punishes mainly young black people, born and raised in slums marked with extreme vulnerabilities that are determinant for these teenagers committing most infractions against property or patrimony. The Public Defender's Service is primarily responsible for providing legal assistance and monitoring these young people daily while dealing directly with them and their families. As it reflects a structural problem, the punishment of individuals is not capable of modifying the factors that will lead other young people with a similar profile to remain part of or enter the criminal context. Ultimately, this work is expected to collaborate with other studies in the same field of knowledge to inspire public policies focused on removing black and peripheral young people from a context of vulnerability, while avoiding new infractions, and contributing to the quality of legal assistance offered to young people.

Keywords: structural racism, socio-educational system, public defense.

Recebido em: 15/12/2022

Aprovado em: 14/02/2023

Como citar este artigo:

MENDONÇA, Mariama Rezende. O racismo estrutural refletido no sistema socioeducativo do Distrito Federal e o papel da Defensoria Pública. Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal, Brasília, vol. 5, n. 1, 2023, p. 87-101.

* Advogada. Universidade Federal do Tocantins.

Introdução

No mês da consciência negra, enquanto a Defensoria Pública do Distrito Federal realiza seminário multidisciplinar com a temática “A Defensoria Pública e a questão racial”, este artigo é escrito (parte do texto momentaneamente suprimida para evitar autoidentificação), ao iniciar as funções de assistente jurídica no Núcleo de Assistência Judiciária em Execução de Medidas Socioeducativas da DPDF (NAJEMSE), não imaginava que a realidade se colocaria de forma tão nítida, imponente e didática com a lida diária nos processos de execução de medidas socioeducativas, e foi ainda mais imponente quando iniciados os atendimentos aos jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação em cada uma das sete unidades de internação do Distrito Federal. São elas: unidade de internação de Brazlândia, de Santa Maria, de São Sebastião, de Planaltina, do Recanto das Emas, unidade de internação de saídas sistemáticas, também localizada no Recanto das Emas, além da unidade de internação feminina, no Gama.

A olho nu, foi possível perceber que a imensa maioria dos internos era formada por jovens negros e que sofriam com alguma vulnerabilidade extrema antes do cometimento do ato infracional que gerou a condenação. Foi nítido que se tratava de uma maioria de atos infracionais análogos a crimes ligados a obtenção de renda, e que estes jovens em conflito com a lei eram periféricos e apresentavam um histórico de evasão escolar e de uso de substâncias entorpecentes desde tenra idade.

Diante da maioria de jovens negros, periféricos e vulnerabilizados, sentiu-se a necessidade de pesquisar os dados nacionais e distritais disponíveis para comprovar, na realidade, se este seria o perfil majoritário e aprofundar a análise sobre os fatores que levam a sua reprodução, refletindo, também, sobre o papel antirracista da Defensoria Pública.

Sabe-se que os atores do sistema de justiça, a fim de exercer o seu papel de maneira consciente, crítica e alinhada à missão constitucional das instituições as quais fazem parte, devem aprofundar a análise dos dados colocados à sua disposição. Para tal, pesquisou-se os melhores dados encontrados e procedeu-se a análise a partir da concepção estrutural de racismo trazida pelo professor Silvio Almeida, já que reconhecida como um avanço para a análise do racismo no Brasil.

A análise tinha como objetivo inicial o foco nos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação em uma das sete unidades de internação. Com os dados encontrados à mão, porém, foi preciso, em alguns momentos, expandir a análise para o número de entradas no sistema socioeducativo como um todo ou em meio aberto. Modificou-se também o período de

análise a que se pretendia inicialmente, pois no Distrito Federal há compilação de dados desde 2017, o que aumenta a representatividade e contribui para a melhor reflexão sobre a realidade.

1. Raça e as três concepções de racismo em Silvio Almeida

Segundo Silvio Almeida, sobre a etimologia do termo *raça*, seu significado sempre esteve ligado ao ato de estabelecer classificações. O uso do termo como referência a distintas categorias de pessoas, porém, é criação da modernidade, em meados do século XVI. Ademais, não é termo imutável, mas está atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Ou seja, é um conceito relacional e histórico.

se antes desse período *ser humano* relacionava-se ao pertencimento a uma comunidade política ou religiosa, o contexto da expansão comercial burguesa e da cultura renascentista abriu as portas para a construção do moderno ideário filosófico que mais tarde transformaria o europeu no *homem universal* e todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas (Almeida, 2020, p. 25).

Ainda que se tenha demonstrado que não existem diferenças biológicas ou culturais importantes a justificar tratamento discriminatório entre os seres humanos, a raça ainda é fator político que segrega grupos sociologicamente considerados minoritários.

Estas discriminações se manifestam com práticas conscientes ou inconscientes que levam a desvantagens para negros, de um lado, e privilégios para brancos, do outro, materializando-se em discriminação racial. A raça é definida sobretudo por seu caráter sistêmico, pois não se limita a um ato ou um conjunto de atos, mas ajuda a formar um processo em que condições de subalternidade e privilégio se distribuem entre grupos raciais e se reproduzem no âmbito da política, da economia e das relações cotidianas. Inclusive articulando-se com a segregação racial geográfica e os modos de urbanização.

O autor diferencia as concepções individualista, institucional e estrutural de racismo. Na concepção individualista, o racismo seria uma espécie de doença, anormalidade, fenômeno ético ou psicológico que se manifesta principalmente em forma de discriminação direta e é combatida (incipientemente) no campo jurídico por meio da aplicação de sanções civis ou penais. Quando

nos limitamos a este aspecto individual, deixamos de considerar que as características mais nefastas do racismo são observadas ainda que sob o completo abrigo da legalidade e inclusive com o apoio moral da sociedade.

Na concepção institucional, o racismo é tratado como resultado do funcionamento das instituições, verificando-se, ainda que indiretamente, mas muito frequentemente, a reprodução de desvantagens e privilégios com base na raça. As políticas públicas afirmativas seriam um exemplo para o enfrentamento a esta concepção de racismo.

Já a concepção estrutural de racismo, que se mostra como um enorme avanço no estudo das relações raciais, é mais abrangente. Se é possível falar em um racismo institucional e a imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição está vinculada à ordem social que ela visa resguardar, também haverá racismo nesta ordem. Assim como as instituições têm sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente com todos os conflitos que lhe são inerentes, o racismo que essas instituições expressam é parte desta mesma estrutura. As instituições são apenas materialização de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Em resumo, “as instituições são racistas porque a sociedade é racista” (Almeida, 2020, p. 47).

Também seria racista o sistema socioeducativo do Distrito Federal? Ou ainda, a raça é determinante para a formação da população de internos do sistema socioeducativo? Se punimos majoritariamente adolescentes negros, quais são as interseccionalidades que acompanham este indicativo, quais são as principais vulnerabilidades encontradas e como a sociedade reage a este cenário? Por fim, qual o papel da Defensoria Pública na assistência jurídica desses adolescentes e jovens?

2. O sistema socioeducativo nacional e distrital em números

Quando nos perguntamos sobre os dados relacionados ao sistema socioeducativo a nível nacional, por determinação da lei 12.594/2012 (chamada Lei do SINASE), a União tem a competência de instituir e manter o sistema nacional de informações sobre o atendimento socioeducativo, seu financiamento, entidades e programas, incluindo dados relativos a população atendida.

Até aqui, já foram disponibilizadas nove edições do levantamento anual do SINASE com os principais dados referentes ao sistema socioeducativo brasileiro, produzido pelo governo federal no âmbito da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (desde 2019, alocada no ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos). O último levantamento foi publicado em 2019 com dados de 2017 e desde então não houve atualização real sobre a situação das unidades socioeducativas do país.

Com o apagão de dados sob responsabilidade do governo federal na gestão de Jair Bolsonaro, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública realizou inédita coleta de dados com as secretarias estaduais responsáveis pela gestão nas 27 unidades federativas, colhendo dados sobre os totais de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, tendo como referência a data do dia 30 de novembro de cada ano no período entre 2018 a 2021, o que permitiu manter a série histórica.

Entretanto, os dados do sistema socioeducativo brasileiro, adicionados ao último anuário brasileiro de segurança pública¹, não traz indicação acerca da raça. Considerando os dados anteriores², verificou-se que a população parda e preta representava 59% do total de atendimentos das medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade, em 2016. Sabemos que o apagamento também é consequência e modo de reprodução do racismo.

Outros dados chamam a atenção no levantamento nacional. Primeiramente, foi possível perceber que o número de internações caiu significativamente em todo o país principalmente nos anos de pandemia (não apenas no Distrito Federal, como se verá). A recomendação 62/2020 do CNJ e a decisão em Habeas Corpus Coletivo de nº 143.988/ES foram determinantes para que se fizesse um esforço, em todo o país, no sentido de diminuir o número de jovens mantidos em internação estrita.

Outro dado interessante: foi possível verificar que o Distrito Federal possui a segunda maior taxa de internação em relação à população jovem de 12 a 20 anos do Brasil. Ou seja, quando se observa as taxas de internação por 100 mil adolescentes de 12 a 20 anos, o Distrito Federal fica atrás apenas do Acre. Mesmo que estes números não representem, de maneira absoluta, os maiores

¹Disponível em: [file:///F:/8.1%20-%20DPPF%20est%C3%A1gio%20de%20p%C3%B3s%20gradua%C3%A7%C3%A3o/2022%20-%20artigo%20cient%C3%ADfico%20-%20NAJEMSE%20e%20P%C3%93S%20CEI/Anu%C3%A1rio%20do%20FBSP%20-%202022.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf)

²Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf>

números de jovens em internação do país, proporcionalmente à população em questão indicam uma alta taxa de internação.

Outro ponto relevante observado foi o de que mesmo com a queda no registro de roubos nos anos de pandemia, também a nível nacional e Distrital, este continua sendo o principal assemelhado penal no caso das internações no Distrito Federal. De fato, a maioria de delitos contra o patrimônio é a configuração tradicional do sistema socioeducativo em todo o país e desde sua criação.

Sabe-se que cada estado e região possui particularidades no que diz respeito às dinâmicas da criminalidade e das atividades policiais, mas, em verdade, o Distrito Federal segue as tendências dos principais indicativos a nível nacional, e elas corroboram o perfil inicialmente descrito com a prática diária no NAJEMSE-DPDF.

Em relação aos dados do Distrito Federal, enquanto a pesquisa era realizada, a Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS), por meio da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal (SUBSIS), publicou o “Anuário Estatístico do SSE – DF, Ano Base 2020 e 2021: os anos de Pandemia de Covid-2019”. Trata-se de compilação de dados produzidos mensalmente pelo Sistema Socioeducativo do Distrito Federal com o objetivo de dar visibilidade ao cenário de entrada, saída e acompanhamento de adolescentes a quem se atribuiu a autoria de atos infracionais. As informações publicadas perpassam por variáveis sociodemográficas como faixa etária, renda, gênero, região administrativa de residência, nível de escolaridade, situação ocupacional, entre outras. Inclusive com dados relacionados aos tipos de atos infracionais.

Como é pontuado na publicação, em sede de Apresentação:

as possibilidades de análise e correlação dessas variáveis é fonte inesgotável de reflexão crítica, auxiliando os atores da socioeducação, pesquisadores e demais interessados, na elaboração de ferramentas de atuação e estratégias de superação das dificuldades que se imprimem na rotina de quem se debruça sobre o fazer socioeducativo. (Anuário, 2022, pág. 12).

Tal publicação³ auxilia, sobretudo, na disponibilização de informações objetivas e confiáveis para subsidiar tomadas de decisões estratégicas no direcionamento das políticas

³ Disponível em: <file:///F:/8.1%20-%20DPPF%20est%C3%A1gio%20de%20p%C3%B3s%20gradua%C3%A7%C3%A3o/2022%20-%20artigo%20cient%C3%ADfico%20-

públicas destinadas aos jovens e adolescentes. Logo, o material seria ideal para a reflexão sobre o racismo pretendida e foi amplamente utilizado para análise dos dados dos adolescentes em internação estrita.

Os anuários anteriores, de 2019 e 2017, não indicavam com objetividade o recorte de raça. Também os planos individuais de atendimento (PIA's) não contêm indicação de raça, apesar de ser documento que faz ampla análise do contexto de vida dos adolescentes. O Anuário de agora, então, veio mais completo neste aspecto.

Segundo o Anuário, 75,2% dos jovens que cumpriam medida de internação estrita em 2021 se autodeclararam negros. 58,9% dos jovens internados respondiam por roubo ou tráfico, sendo que atos infracionais análogos a outros crimes não chegaram a somar 13% das ocorrências. Ou seja, a maioria dos atos infracionais estão ligados, primeiramente, a uma vulnerabilidade financeira, a maioria destes jovens possuía renda familiar de até 2 salários mínimos.

Importante notar que o ato infracional análogo ao tipo de porte de drogas não está dentre os principais responsáveis pela medida de internação, no entanto, representa o maior percentual quando analisado o motivo de entradas por flagrante no sistema, em todos os anos pesquisados.

Mesmo que não indique a maioria entre os atos infracionais que geraram a medida específica de internação, não se pode deixar de concluir que a “guerra às drogas”, também no Distrito Federal, gera uma ofensiva importante principalmente contra adolescentes negros e periféricos que já vivenciavam toda forma de carência.

Também se verifica a notável evasão escolar. Principalmente entre os anos de pandemia, quando as escolas estiveram fechadas, já que muitos destes jovens não têm regular acesso à internet, ou tem acesso precário, e muitos vivenciam um contexto de insegurança alimentar em suas residências, que estão majoritariamente em locais precarizados e com pouco acesso à equipamentos públicos.

De outro lado, o instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF) realizou recente pesquisa acerca da trajetória dos socioeducandos no Distrito Federal em meio aberto e semiliberdade⁴. Nesta publicação há delimitação do perfil sociodemográfico, com a trajetória

%20NAJEMSE%20e%20P%3%93S%20CEI/ANU%3%81RIO%20ESTAT%3%8DSTICO%20DO%20SSE%20E2%80%93%20DF%20ANO%20BASE%202020%20E%202021%20OS%20ANOS%20DE%20PANDEMIA%20DE%20COVID-19.pdf >.

⁴ Disponível em: file:///F:/8.1%20-%20DPPF%20est%3%A1gio%20de%20p%3%B3s%20gradua%3%A7%3%A3o/2022%20-%20artigo%20cient%3ADfco%20-

escolar e de trabalho, indicação do meio familiar, sobre o uso de drogas e sobre o ato infracional que gerou a apreensão.

Na análise, verificou-se que 87% dos jovens que cumprem medidas em meio aberto e de semiliberdade eram negros e do sexo masculino; 38% faziam parte de famílias com rendimento entre um a três salários mínimos, com alta densidade familiar; a taxa de distorção idade-série chegou a 81% entre jovens na semiliberdade, enquanto que no DF essa proporção não chega a 11%; 82% deles já trabalharam em algum momento da vida, sendo a maioria de maneira informal; 51% deles pertencem a famílias monoparentais; 80% já experimentaram algum tipo de droga ainda entre 13 a 16 anos; e os atos infracionais mais comuns foram o tráfico de drogas (34%) e o roubo (40%).

Assim, de modo muito claro, em todos os aspectos estudados, tanto a nível nacional quanto à nível distrital, o perfil do adolescente e do jovem sentenciado a alguma medida socioeducativa, em meio aberto ou fechado, é o mesmo: meninos negros, periféricos, pobres, com defasagem idade-série, trabalhadores, usuários de entorpecentes e manifestamente privados dos direitos sociais fundamentais para seu pleno desenvolvimento.

Não é dizer que apenas este perfil de jovens está relacionado ao cometimento de atos infracionais análogos a tipos penais, pois não é fato. É dizer que este é o perfil punido. E que se trata de um ciclo que se retroalimenta. São necessidades básicas que levam ao cometimento de atos ligados à obtenção de renda, ou vulnerabilidades que levam a apreensão por simples porte de substâncias ilícitas, por exemplo. De outro lado, ao terem contato com o universo de ilicitudes, não podem se desvencilhar facilmente. São cada vez mais afastados da escola e imersos em uma subcultura delinquente. Estes jovens têm em si um alvo e a sociedade branca normaliza este fato de acordo com a ideologia predominante.

3. Racismo e Ideologia, e vulnerabilidades específicas

Silvio Almeida analisa quatro elementos que considera cerne na manifestação estrutural do racismo: a ideologia, a política, o direito e a economia.

Sobre racismo e ideologia, é necessário compreender que o racismo, enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição da subjetividade, de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais, moldando o inconsciente. Assim, a ideologia não seria uma representação da realidade material em si, mas a representação da relação que criamos inconscientemente com essas relações concretas, sendo mais que um produto do imaginário: é, antes de tudo, uma prática.

Logo, para naturalizar a ideia de que negros ocupam majoritariamente lugares subalternos, é necessário não apenas ter contato com o racismo individual, também é necessário estar em ambientes reais onde brancos ocupam majoritariamente lugares de poder e negros ocupam lugares subalternizados, pois toda ideologia só pode subsistir se estiver ancorada em práticas sociais concretas. Nas palavras do professor:

o imaginário em torno do negro criminoso representado nas novelas e nos meios de comunicação não poderia se sustentar sem um sistema de justiça seletivo, sem a criminalização da pobreza e sem a chamada ‘guerra às drogas’ que, na realidade, é uma guerra contra os pobres e, particularmente, contra as populações negras. Não seria exagero dizer que o sistema de justiça é um dos mecanismos mais eficientes na criação e reprodução da raça e de seus múltiplos significados (Almeida, 2020, p. 67).

Utilizando a mesma fórmula: para naturalizar a ideia de que jovens negros são majoritariamente delinquentes, é necessário não apenas ter contato com um jovem negro periférico flagrado pelo cometimento de um ato infracional, mas também é necessário estar em ambientes reais onde jovens negros e periféricos ocupam majoritariamente as unidades de internação e o sistema socioeducativo como um todo, ao mesmo tempo que jovens brancos de classe média ou alta e com famílias estruturadas passam por toda a adolescência e juventude, inclusive cometendo atos infracionais não apenas ligados ao patrimônio, e não sofrem interferência do Estado, não sendo interpretados como sujeitos a serem ressocializados, mas apenas como as pessoas em formação que o são.

Por meio da observação dos PIA's a que se teve contato, identificou-se que, muitas vezes, o que leva o jovem a se aproximar da seara infracional é a falta de lazer e atividades culturais extraescolares em sua região de moradia. Muitos destes jovens acabam cooptados por organizações criminosas por estarem vulnerabilizados e em ambiente específico em que determinada organização exerce influência.

Também foi possível observar que todos os assistidos da Defensoria Pública em medida de internação são periféricos, moradores de RA's que não o Plano Piloto, moradores de cidades do entorno ou que estavam em situação de rua ou abrigamento. A observação se mostrou condizente com os dados disponibilizados sobre o Distrito Federal.

De acordo com a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios de 2021, Ceilândia, Samambaia e Planaltina são as Regiões Administrativas com os maiores percentuais de adolescentes de 14 a 21 anos (CODEPLAN, 2021). Dentre os adolescentes em cumprimento de medida de internação em 2021, 31,5% residiam nessas regiões, com adolescentes de Ceilândia (21,2%) sendo o dobro dos de Samambaia (10,5%) e outras áreas não chegam a 2%. O Distrito Federal possui, atualmente, 33 regiões administrativas.

Quando estas regiões administrativas são comparadas ao plano piloto em relação ao índice de desenvolvimento humano, a diferença é gritante, o que leva o Distrito Federal a ostentar um dos maiores índices de Gini do Brasil, já que se verifica a falta de estrutura e o baixo índice de desenvolvimento humano nas regiões administrativas mais periféricas, enquanto o Plano Piloto e regiões nobres têm índices de IDH elevado. A diferença de renda per capita por região administrativa também é imponente. A mais baixa, na Estrutural, chega a 507,30 reais, enquanto a mais alta (Lago Sul), gira em torno de 8.317,20 reais (Atlas do DF, p. 85). Ademais, as regiões administrativas periféricas abrigam a maioria da população negra no Distrito.

David Harvey, em seu livro sobre a reprodução capitalista do espaço, indica que a urbanização deveria ser um processo social espacialmente fundamentado, no qual um amplo leque de atores com objetivos e compromissos diversos interagem por meio de uma configuração específica de práticas espaciais entrelaçadas. Entretanto, numa sociedade vinculada por classes, como é a sociedade capitalista, as práticas espaciais adquirem um conteúdo de classe definido e podem adquirir conteúdos determinados, como o racial, inclusive com o objetivo de controle e distribuição da força de trabalho.

A urbanização também estabelece determinados arranjos institucionais, formas legais, sistemas políticos e administrativos, hierarquias de poder e etc. A própria consciência dos moradores urbanos influencia-se pelo ambiente em que estão, do qual nascem suas percepções, leituras simbólicas e aspirações. Neste ponto, lembra-se que a carência de transporte, como um direito social, castiga muito a juventude periférica, que fica excluída de exposições artísticas, por exemplo, e têm o acesso aos equipamentos públicos dificultado ou impedido.

A taxa de analfabetismo por região administrativa do Distrito Federal também demonstra a diferença entre as regiões administrativas mais periféricas das consideradas de classe média-alta.

Com índice de analfabetismo baixo nas áreas mais centrais, como o Lago Sul, que não chega a 1%, e índices bem mais elevados em áreas periféricas, como na Estrutural, que chega a 5,7% de analfabetismo. (Atlas do Distrito Federal, p. 89).

A nível nacional, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, (PNAD/2019) mostrou que os jovens negros de 14 a 29 anos são maioria nas estatísticas de evasão escolar no ensino básico, somando 71,7% dos alunos que abandonam os estudos. A maioria afirma ter parado de estudar porque precisava trabalhar. Os dados sobre a evasão escolar são amostra do modo como a violência do racismo incide sobre a juventude negra, e, como vimos, não é diferente com a juventude negra no Distrito Federal.

É necessário que mais políticas públicas estejam voltadas para esta parcela da população, que representa o futuro da sociedade. Entretanto, o que vimos no governo de Bolsonaro foi a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, o que vai na contramão do fortalecimento do ensino no Brasil e no enfrentamento às consequências do racismo estrutural. Necessário o retorno e ampliação destas políticas, a nível nacional e local.

4. O papel da Defensoria Pública no enfrentamento ao racismo estrutural

Em uma sociedade em que o racismo está presente, as instituições que não tratarem de maneira ativa a desigualdade racial irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como normais em toda a sociedade. Assim, além de coibir o racismo individual e institucional, é fundamental refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas. Concluimos, pelo estudo do Professor Silvio Almeida, que não basta se ater às concepções individualistas ou institucionais de racismo, mas deve-se entender e analisar o fenômeno como estruturante e estrutural da ordem social vigente, para, com este olhar materialista e dialético, trabalhar contra estes determinantes e evitar a reprodução desta lógica também por meio de políticas públicas específicas.

No que concerne à Defensoria Pública, ainda mais necessário um olhar crítico sobre os impactos do racismo estrutural no sistema de justiça e na própria sociedade, tendo em vista sua missão constitucional de instrumento do regime democrático, incumbindo-lhe a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos fundamentais e coletivos.

Não há democracia sem democracia racial e não há possibilidade de defesa concreta de direitos fundamentais e coletivos sem a análise das materialidades impostas pela realidade social.

Para ilustrar como a Defensoria Pública é ator importante na ponta do sistema socioeducativo, basta constatar que a imensa maioria dos jovens que passam pelo sistema são assistidos pela instituição, antes e/ou depois do sentenciamento a uma das medidas socioeducativas. Vejamos a representatividade da assistência defensorial em relação aos jovens em execução de medida de internação.

Os dados internos do NAJEMSE em relação aos adolescentes que cumprem medida de internação são atualizados semanalmente pelos assessores jurídicos do Núcleo de acordo com o acompanhamento de processos em planilha específica de Excel. Em 05/11/2022, de acordo com os dados internos do NAJEMSE, o número de internos nas unidades de internação do DF era de 307 jovens. Dentre eles, 5 constituíram advogado particular e dentre estes 5, em 4 casos a defensoria pública acabou assumindo a defesa novamente. Análise realizada apenas como ilustração para demonstrar a importância da Defensoria Pública na assistência jurídica dos adolescentes e jovens que sofrem o processo penal juvenil.

Também é fundamental dar mais opções aos jovens que dão entrada no sistema e recebem a remissão em conjunto com alguma das medidas em meio aberto, encaminhando suas famílias para os programas assistenciais devidos, garantindo acompanhamento médico e escolar mais completo e considerando suas dificuldades de mobilidade para comparecimento aos centros de atendimento.

Em relação às internações, nas quais vimos que o roubo é o semelhante penal mais frequente, acaba-se admitindo, enquanto sociedade, que é preciso internar o adolescente para garantir-lhe a possibilidade de retornar aos estudos, realizar acompanhamentos médicos, participar de cursos profissionalizantes e construir alternativas viáveis para entrada no mercado de trabalho, distanciando-se da chamada “seara infracional”.

Não é razoável normalizar a ideia de que é preciso internar para garantir o mínimo de estrutura social a esta importante parcela da população. Internar para dar acesso efetivo à escola e a cursos profissionalizantes, a tratamentos médicos e a atenção psicológica. Se queremos impedir o cometimento de atos infracionais por menores de idade, é preciso admitir que esta atenção deve ser efetivada anteriormente, antes das situações extremas que levam ao cometimento de atos infracionais, e posteriormente, para os egressos do sistema.

Uma assistência jurídica, no sentido amplo do termo, deve estar atenta ao contexto de vulnerabilidade dos seus assistidos. É necessário que estes jovens tenham seus direitos garantidos independentemente da internação ou vinculação ao sistema socioeducativo.

No Distrito Federal há prática judicial construída no sentido de postergar benefícios de saídas especiais ou a própria liberação para possibilitar que os internos concluam, antes, cursos profissionalizantes ou formem-se nas turmas em que estão matriculados. Não há, porém, atenção escolar, profissionalizante e de saúde para os egressos, culminando na manutenção de internações por tempo estendido sem imperiosa necessidade, ao arrepio do princípio da brevidade, que por determinação legal deve pautar as medidas de internação estrita.

Ademais, considera-se, frequentemente, a “dupla finalidade” da medida socioeducativa, onde se adiciona uma suposta “finalidade punitiva” para as medidas socioeducativas. Termina-se por punir mais uma vez o perfil específico já amplamente verificado aqui.

ECA e SINASE estabelecem que as medidas socioeducativas devem ter como horizonte a reeducação e não a punição. Esta percepção de que não há finalidade punitiva não ignora a necessidade da responsabilização, mas justamente pretende não confundir o objetivo legal de responsabilização pelo ato com uma finalidade punitiva da medida que é inexistente no ordenamento jurídico brasileiro.

Para ser antirracista, é preciso compreender o fenômeno para além das individualidades e do funcionamento das instituições, mas como formação ideológica de papéis determinados em sociedade. No caso do sistema socioeducativo, caminhar no sentido de ao menos diminuir a reprodução deste perfil estigmatizado, focando antes de tudo na garantia dos direitos fundamentais e sociais a que estes jovens têm direito, é imperioso. É fundamental contribuir com a construção de políticas públicas voltadas para as periferias e para o ensino, saúde e lazer da juventude negra.

Por fim, é preciso que a Defensoria Pública faça a defesa destes jovens perante a própria sociedade, trabalhando no sentido de acabar com a normalização da pecha de “adolescente infrator”, impactando politicamente também a consolidação da democracia e a unificação do país, “apartado racialmente pela exclusão racial”, como observa Sueli Carneiro. (Carneiro, 2011, p.51).

5. Conclusão

Observamos que o sistema socioeducativo do Distrito Federal também manifesta a realidade do racismo estrutural, pois pune majoritariamente jovem negros, periféricos e vulnerabilizados por terem praticado atos infracionais que denotam, antes de tudo, o envolvimento com o ilícito por necessidade material ou por ser a realidade predominante dos indivíduos de sua convivência, em sua região de moradia.

São jovens que são obrigados a pausarem indeterminadamente seus estudos para ajudar a família financeiramente e, diante da falta de oportunidades, acabam se envolvendo com a venda de drogas ou iniciam a prática de furtos e roubos. Inseridos neste contexto, não conseguem sair com facilidade, envolvendo-se em conflitos que muitas vezes podem custar a sua vida.

Há uma determinante de raça e classe social para o processamento e responsabilização de adolescentes e jovens que cometeram atos infracionais que geraram a medida de internação estrita, mas não apenas. Identificou-se, em verdade, que os jovens negros são a maioria que passa pelo sistema socioeducativo no geral, em todas as modalidades de entrada pesquisadas e em todo o país, e que eles são historicamente excluídos dos benefícios sociais que logramos enquanto nação.

É preciso assegurar que a população negra deixe de ser apenas objeto de estatísticas. É preciso que a palavra “negro” esteja não apenas nos dados sobre violência e segurança pública, denotando a questão da desigualdade, mas também no orçamento do executivo para o implemento de políticas relevantes a esta população vulnerabilizada pela raça e pela classe e que têm invisibilizadas as diversas violências e privações sofridas.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

BALIBAR Étiene. *Raça, nação e classe: as identidades ambíguas*. Tradução Wanda Caldeira Brant – 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 8.069*, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 15 dez. 2022.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. *Lei nº 12.594*, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Brasília, DF: Presidência da

República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm. Acesso em: 15 dez. 2022.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CODEPLAN. *Portal de informações Estatísticas do Distrito Federal. População negra por R.A.* Disponível em: <https://infodf.ipe.df.gov.br/populacao-negra-por-r-a/>. Acesso em: 15 dez. 2022.

COLLINS, Patricia Hill. *Interseccionalidade*, Sirma Bilge; tradução Rane Souza – 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

DISTRITO FEDERAL. *Versão digital do Atlas do Distrito Federal desenvolvida pela equipe da DIEPS/COGEO*. Brasília, 2020. Disponível em: <https://atlas.ipe.df.gov.br/>. Acesso em: 15 dez. 2022.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Justiça e Cidadania. Subsecretaria do Sistema Socioeducativo. *Anuário Estatístico. Ano base 2020 e 2021. Os anos de pandemia de Covid-19*. Brasília, 2022. Disponível em: <file:///F:/8.1%20-%20DPPF%20est%C3%A1gio%20de%20p%C3%B3s%20gradua%C3%A7%C3%A3o/2022%20-%20artigo%20cient%C3%ADfico%20-%20NAJEMSE%20e%20P%C3%93S%20CEI/ANU%C3%81RIO%20ESTAT%C3%8DSTICO%20DO%20SSE%20E2%80%93%20DF%20ANO%20BASE%202020%20E%202021%20O%20S%20ANOS%20DE%20PANDEMIA%20DE%20COVID-19.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2022.

HARVEY, David. *Spaces of capital. Towards a critical geography*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2001.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=destaques>. Acesso em: 15 dez. 2022.

IPEDF. Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal. *Trajetória dos socioeducandos no Distrito Federal: meio aberto e semiliberdade*. Brasília, 2022. Disponível em: https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/11/Sumario-Executivo_Trajetoria_dos_socioeducandos_DF_2022.pdf. Acesso em: 15 dez. 2022.

IPEDF CODEPLAN. *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios*. Relatório CODEPLAN. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/Candangolandia-2021.pdf>. 15 dez. 2022.

KONDER, Leandro. *A questão da ideologia* – 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.